

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

CONSTRUÇÕES DE GÊNERO, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE .

Jussara Reis Prá y Léa Epping.

Cita:

Jussara Reis Prá y Léa Epping (2009). *CONSTRUÇÕES DE GÊNERO, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/891>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/srW>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

CONSTRUÇÕES DE GÊNERO, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE

Jussara Reis Prá - UFRGS (jussarapra@terra.com.br)

Léa Epping – UFRGS (lea.epping@yahoo.com.br)

Introdução

O trabalho aborda o tema da juventude pelo ângulo da Ciência Política e das reflexões feministas, examinando o impacto do processo de socialização política e das construções sociais de gênero nas opiniões e no cotidiano das gerações jovens brasileiras. A categoria gênero é evocada como elemento da conjugação masculino versus feminino e expressão de relações desiguais de poder (assimétricas). Analiticamente, o conceito é acionado para apreender o sentido e o significado destas relações nos espaços público e privado.

Na intersecção gênero e juventude, o processo de socialização assume relevo por referenciar a transmissão de normas e regras de conduta que, consciente ou inconscientemente, orientam a atuação nas esferas pública e privada, e a interpretação das ações dos demais sujeitos sociais. Códigos responsáveis por situar o segmento feminino em posição secundária na sociedade. Gênero e juventude emergem, então, como categorias em constante interação. Nesse marco, as assimetrias de gênero transmitidas via socialização moldam percepções e condutas, reforçando estereótipos do masculino e do feminino.

A identidade sexual construída ainda na infância e a difusão de concepções culturais sobre o significado de ser homem ou mulher forjam as assimetrias de gênero. Tal construto, articula estruturas políticas e práticas sociais e interfere no cotidiano das e dos jovens, direcionando seus comportamentos e percepções acerca de como devem atuar nos espaços público e privado. Assim,

É a partir de detalhes sutis como os brinquedos infantis, a exemplo do carrinho, da arma e da boneca, que a criança é preparada para o espaço público, reservado ao masculino e, portanto, o mais violento, e o privado, reservado ao feminino, o da submissão. O carro e o revólver, simbolizando o espaço público, representam a violência, a decisão, o domínio etc. A boneca está associada ao trabalho da casa, ao fogão e à maternidade (Fischer e Marques, 2001, p.8).

Como expressam Fischer e Marques, os códigos de conduta, na atribuição das identidades feminina e masculina, reiteram valores de uma cultura patriarcal e sexista e reforçam a assimetria entre os gêneros, contrapondo a figura de um ser frágil e submisso (sensível e dócil) à do provedor, forte, frio e agressivo. Por conseguinte, apesar das transformações da condição feminina nos quatro últimos decênios, o caráter e o efeito sexista se mantém, e as relações de gênero permanecem quase intactas no âmbito privado e em muitas áreas da esfera pública. No primeiro caso, pela atribuição do trabalho doméstico à competência feminina; no segundo, pelos menores salários auferidos por elas ou pelo número inexpressivo de mulheres em posições de poder e prestígio, seja na esfera econômica ou política.

A difusão do discurso dos direitos e de expansão da cidadania ou o fortalecimento da democracia formal, características das três últimas décadas em países como o Brasil, não

atenuaram as iniquidades de gênero. Assim, a exclusão da juventude na política ou a violência contra as e os jovens figuram socialmente como fenômenos sobre os quais não parece ser necessário refletir ou incidir. Daí a pertinência de aprofundar o debate sobre juventude pela ótica da ciência política e do feminismo. Com este propósito, apreciaremos alguns dados demográficos sobre a população juvenil brasileira e resultados de pesquisas de natureza quantitativa e qualitativa recentemente realizadas, para, então, relacionar as construções de gênero ao processo de socialização política, tendo em vista a dicotomia público e privado.

Aspectos da dinâmica demográfica da juventude no Brasil

Análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), referenciada na Contagem da População de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que nesse período o Brasil contava com 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, perfazendo 26,4% da população do país¹. Entre a população dessa mesma faixa etária, há predominância do segmento feminino (50,2%). Esses indicadores retratam o peso da fração jovem na composição populacional e, em decorrência, a importância desse grupo na sociedade brasileira.

A partir desse escrutínio, é possível estabelecer algumas especificidades de gênero, entre elas as oriundas da divisão sexual do trabalho. Estudos sociológicos demonstram a maior vinculação das meninas aos afazeres domésticos: cuidado da casa, de crianças ou irmãos menores. Já nas camadas desfavorecidas elas costumam ser as diaristas em outras casas (Rosemberg, 1996). Os dados também registram maior presença feminina em níveis de ensino médio e superior, revelando sua maior escolaridade e profissionalização. Tal preparo, porém, não resulta em melhores postos e salários para as mulheres. Ademais, o mundo da produção segue mais ocupado pelos jovens, evidenciando o “pertencimento” delas à esfera privada e a deles à esfera pública (Prá, 2004, Waiselfisz, 2004).

A dinâmica demográfica também expõe outras facetas pertinentes ao ser jovem na sociedade brasileira. Visando tal dinâmica e a reprodução de velhos padrões de desigualdade orientados por construções de gênero, cumpre retomar nossa referência inicial ao processo de socialização iniciado na infância quando se contrapunha o simbolismo da força física ao da maternidade.

Consoante à maternidade, como atesta Elza Berquó (2004, p.19), na última década do século vinte estudiosos de demografia foram surpreendidos com o rejuvenescimento da fecundidade no país, dado o decréscimo do número médio de filhos entre mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) e o seu aumento entre jovens de 15 a 17 anos, num crescimento de 25% de 1991 a 2000. Essa população, constituída em maioria por mães solteiras e com baixa escolaridade, alcança 44%, das mais pobres. Tal quadro, segundo a autora, “encontra reforço na feminização da epidemia de Aids”, que cresce 75% na faixa dos 13 aos 19 anos

¹ A definição etária da população *jovem* ou *juventude* não é unívoca. A Organização Mundial de Saúde a situa entre 18 e 24 anos, embora considerada até 30 anos em alguns países europeus. A Organização das Nações Unidas define como jovens aqueles entre 15 e 24 anos. A Comissão Nacional de População e Desenvolvimento subdivide a mesma faixa em jovens adolescentes (15-17), jovens (18-20) e jovens adultos (21-24). O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, não usa o termo juventude, considerando criança (menos de 12 anos) e adolescente (12 -18 anos). Já a Lei 11.129, determina a idade de 15 a 29 anos para fins de Políticas Públicas (CHERON, 2009). Faixa adotada neste estudo em referência à geração jovem.

no mesmo período. Ao lado disso, dados sobre aborto ilegal no Brasil revelam que a maioria desses casos é protagonizada por mulheres jovens, na faixa dos 20 aos 29 anos (Silva e Fusco, 2009).

Estreitamente ligada ao simbolismo antes mencionado, a atribuição de “vulnerabilidades” ao jovem, tido como inseqüente, violento ou impulsivo, contribui para alterar a pirâmide populacional entre os sexos a favor delas. Dos óbitos dos jovens de 15 a 29 anos, a maioria resulta de causas externas: homicídios, suicídios ou acidentes de trânsito (Prá, 2004). Nessa dinâmica, configuram-se outras faces da realidade das e dos jovens no Brasil, como exposto a seguir.

Construções de gênero e socialização política na dicotomia público e privado

As assimetrias de gênero em sociedades como a brasileira, vem sofrendo algumas reduções há pelo menos três décadas, isto é, desde 1980. Pesquisas recentes evidenciam comportamentos e percepções semelhantes entre as e os jovens, denotando uma participação mais igualitária. No entanto, mantidos estereótipos ou ideologias de gênero. Sustentamos tal afirmação com dados de pesquisas de opinião realizadas no Brasil e de investigação qualitativa conduzida na cidade de Porto Alegre². Para tal, destacamos os valores atribuídos a práticas políticas, sociais e cotidianas, considerando o sentido e o significado da construção cultural a sustentar relações de gênero nos espaços público e privado.

A convergência de opiniões entre os sexos é diagnosticada em vários inquéritos sobre juventude, inclusive em aspectos problemáticos como no exercício da cidadania (Ferreira, 2006). Caso exemplar, a constatação do baixo envolvimento da juventude em atividades de engajamento cívico, incluindo associações comunitárias, Organizações Não Governamentais, manifestações públicas ou partidos políticos (Prá, 2004, Ferreira, 2006). Tal déficit de participação, contudo, não exclui o interesse das e dos jovens pela política segundo o inquérito “Juventude Brasileira e Democracia” (Ibase/Polis, 2005, p.72):

O que se constatou foi que grande parte dos(as) jovens deseja participar, entretanto, não encontra espaços que possibilitem tal inclusão. As formas de participação presentes no Estado e na sociedade civil são percebidas como muito distantes da realidade cotidiana dos(as) jovens investigados(as), que revelam ainda, de modo contundente, a existência de espaços interditados à participação. Pode-se observar que os lugares socialmente reconhecidos para a participação na vida pública acabam sendo um “não-lugar” para esses(as) jovens. Na verdade, de um modo geral, os(as) jovens tendem a não acreditar que *“alguém possa se interessar seriamente pelos seus problemas”*.

Tais convergências, porém, não eliminam as distâncias de gênero seja na política, seja em aspectos pertinentes à identidade de gênero. Caso a incluir a percepção das e dos jovens sobre a importância de ser homem ou mulher na sociedade brasileira. Conforme estudo sobre “Juventude, Cultura e Cidadania” (Fundação Perseu Abramo, 1999) para 82% dos

² As informações qualitativas foram coletadas em 2008 e provém de *estudo experimental* com dois grupos de debates (8 participantes), incluindo jovens de 15 a 29 anos. Para compatibilizar esses dados com os de pesquisas quantitativas, selecionamos apenas as jovens de 15 a 24 anos.

jovens é melhor ser do sexo masculino, opinião manifesta por 48% das jovens. Entre estes, o argumento de que ser homem significa ter mais liberdade e poder fazer mais coisas é partilhado por 48% dos jovens e 19% das jovens. Em se tratando do lugar de homens e mulheres na sociedade, como observa Ferreira (2006, p.2):

Apesar de o primado da igualdade ser um dos valores principais da ideologia democrática, as desigualdades de gênero persistem em termos de participação na vida pública. Fatores como a organização do mercado de trabalho e a da vida privada e familiar, a que se juntam aspectos da socialização de gênero, têm sido responsabilizados pela persistência das barreiras entre as atividades dos homens e das mulheres.

Por esse prisma, um dos elementos esclarecedores para o debate sobre gênero e juventude pode ser encontrado nos posicionamentos das e dos jovens acerca de sua inserção na vida pública e privada. Para tal, buscamos três indicadores para escrutinar o envolvimento das e dos jovens na divisão de tarefas domésticas, no cuidados de crianças e no sustento da casa³. Quanto às tarefas domésticas, os dados revelam não ser esta uma responsabilidade atribuída fundamentalmente ao sexo feminino, com a concordância de 89% para as jovens e 77% para os jovens. No entanto, sobre o cuidado de crianças, é bem expressivo o posicionamento dos jovens (88%) para quem é melhor o homem trabalhar fora e a mulher ficar em casa quando tem filhos pequenos, o apoio entre as jovens é menor (66%), porém significativo.

Já em relação à idéia tradicional da responsabilidade do homem no sustento da casa, a imagem do homem provedor da casa ou da família, herança da sociedade patriarcal, reflete-se na opinião de 65% dos jovens, as jovens dividem opiniões (50%). Nos grupos de debates elas também se dividem, contudo, definem o trabalho da mulher como sinônimo de liberdade e auto-suficiência, ressaltando sua relevância para conquistar a independência financeira, pois “a mulher **pode ser casada e independente [...] o sustento da casa passa a ser obrigação dos dois**” (Carolina, 18 anos, classe média).

Em estudo de Guerreiro e Abrantes (2007, p.125), as entrevistadas também se revelam favoráveis ao trabalho feminino fora de casa como pressuposto fundamental de autonomia e realização pessoal. Demonstrem, assim, sua aversão à “hipótese doméstica”, advogando que a participação das mulheres no mercado de trabalho possibilita relações mais igualitárias entre os cônjuges. Mesmo assim, não se pode esquecer a desigualdade de gênero presente nas relações de trabalho em decorrência de questões culturais. Para as jovens do grupo de debates: “O fato de **mulheres exercerem cargos de chefia não muda as relações de poder**, pois o **poder é dos homens** porque os salários continuam menores que os deles [...] isso se deve à cultura apenas” (Isabela, 22 anos, classe baixa).

Em contrapartida, a ideologia dos papéis de gênero diferenciados é geralmente aceita pelas jovens, não como uma convicção, mas como algo inevitável e isso independente de sua condição de classe. Na opinião dos jovens, a vida familiar é imposta às mulheres como

³ Para fins de exposição, entremeamos dados quantitativos e qualitativos, usando nomes fictícios para apresentar as falas colhidas nos grupos de debates.

prioridade, um projeto onde assumem as principais responsabilidades (Amâncio, 1994; Guerreiro e Abrantes, 2007).

Consoante à supremacia do homem no âmbito familiar, dados da pesquisa antes mencionada dividem a opinião dos jovens (50%), as jovens, em sua maioria (78%), discordam dela. Já no plano da sexualidade, é aparente a rejeição à idéia de que mulher casada, mesmo sem vontade, deve satisfazer o marido sexualmente: partilham dessa posição 71% dos jovens e 82% das jovens. Nesta linha, a violência contra a mulher é rejeitada pela maior parte das e dos jovens, 93% e 79%. Preocupa, porém, a aceitação de quase um terço dos jovens investigados (29%) da posição subordinada em relação ao cônjuge e, de 21% deles concordarem com a violência do marido contra a mulher em caso de traição.

Este tipo de percepção reflete sutilezas pautadas por valores de autoridade da cultura patriarcal, reforçando assimetrias de gênero e demarcando a dicotomia público e privado. Na expressão de uma das jovens do grupo de debates, embora comando e autoridade possam ser vistos como competências de ambos os sexos, homens e mulheres exercem autoridade de forma diferenciada: “O **homem** exerce com **dominação e força** [...] **agressividade**, já a **mulher com sensibilidade**, pois tem uma forma mais humana de mostrar autoridade” (Mariana, 19 anos, classe média).

Em suma, é possível identificar nas percepções das e dos jovens sobre as condições de gênero e sobre a esfera pública e privada, a tendência a comportamentos igualitários em muitos dos temas tratados. Todavia, nem sempre as opiniões professadas revelam avanços rumo a padrões de comportamento mais igualitários, refletindo posturas “conservadoras”, sexistas e estereotipadas. Como expressa Ferreira (2006, p.1):

Possivelmente, estereótipos e ideologias tendem a dissipar-se mais lentamente do que as desigualdades na ocupação da esfera pública. Se assim for, a participação igualitária no espaço público não significa necessariamente a extinção das «ideologias» de gênero.

Afinal, para focar a juventude é preciso ter em conta que ela não representa universos homogêneos. Há muitas maneiras de ser jovem e viver a juventude e estas também se expressam em termos de classe social, raça/etnia, idade e gênero, abarcando situações e realidades distintas (Prá, 2004).

Considerações finais

Os resultados deste estudo, mesmo preliminares, demonstraram o desinteresse da juventude pela política e por mecanismos de participação da cidadania. O que corrobora o empenho em identificar as nuances dessa realidade e encontrar estratégias para confrontá-la. Ademais, permitem detectar as dificuldades encontradas pelas mulheres para romper com sistemas e papéis que dificultam a constituição de sua identidade social e política. Nesse mesmo sentido, os estereótipos sociais pautados pelo sexismo interferem na conquista da cidadania juvenil, deixando de reconhecer a capacidade ou o potencial das e dos jovens para atenuar ou modificar estas discriminações.

A partir dos dados examinados e diante das várias possibilidades de análise para aprofundar o debate sobre as assimetrias e singularidades da socialização política de gênero, fica em aberto a motivação para futuros estudos. O debate sobre cidadania é estratégico para a sociedade brasileira e outras da América Latina marcadas por crescente desigualdade e exclusão social. Assim, a noção de cidadania plena, definida como capacidade ou possibilidade de participação direta ou indireta em contextos decisórios, emerge como fruto almejado do processo de socialização política das e dos jovens. Portanto, a resistência aos estereótipos e ideologias de gênero depende cada vez mais da sociedade em que se manifestam e do modo como se formaliza o processo de socialização política da juventude, seja na família, escola ou meios de comunicação, com seus veículos tradicionais (impressos e televisivos) ou novas tecnologias de comunicação e informação (Internet).

As condições e oportunidades disponibilizadas às gerações mais jovens em espaços como o familiar, na esfera do trabalho ou no campo da política, reproduzem as assimetrias de gênero. Estas interagem no cotidiano das e dos jovens, criando situações que beneficiam segmentos masculinos, brancos e escolarizados, haja vista a distância de outros segmentos excluídos dos espaços de cidadania por questões pertinentes à geração, idade, raça/etnia, condição socioeconômica ou em razão de ideologias de gênero.

Referências Bibliográficas

BERQUÓ, Elza. Prefácio. In: ABRAMOVAY Miriam, CASTRO Mary Garcia e SILVA, Lorena Bernadete da. (Coords.) *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO, Brasil, 2004.

AMÂNCIO, Lígia. *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Lisboa: Afrontamento, 1994.

CCR - Comissão de Reprodução e Cidadania. Disponível: www.ccr.org.br . Acesso: 25/09/2008.

CHERON, Cibele. *Aportes metodológicos para definição de juventude*. 2009. Disponível: www.ufrgs.br/nucleomulher . Acesso: 02/05/2009.

FERREIRA, Pedro M. *Gênero, juventude, e espaço público na Europa*. 2006. Disponível: www.ics.pt . Acesso: 20/08/2008.

FISCHER, Izaura Rufino, MARQUES, Fernanda. Gênero e exclusão social. *Trabalhos para Discussão*, n. 113, agosto, 2001.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Juventude: Cultura e Cidadania*. Núcleo de Opinião Pública, 1999. www.fpabramo.org.br . Acesso: 08/07/2008.

GUERREIRO, Maria das Dores, ABRANTES, Pedro. *Transições Incertas: Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: CITE, 2007.

IBASE/POLIS. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, 2005. Disponível: www.ibase.br . Acesso: 08/07/2008.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Disponível: www.ibge.gov.br . Acesso: 29/08/2008.

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. Disponível: www.ipea.gov.br

PRÁ, Jussara Reis. (Re)socializar é preciso: aportes para uma releitura sobre gênero e juventude no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.), *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.79-119. 2004.

ROSEMBERG, Fulvia. Educação Infantil, classe, raça e gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 96, p. 56-65, 1996.

SILVA, Rebeca de Souza e, FUSCO, Carmen L. B. Aborto provocado: uma realidade ilegal. In: MIRANDA-RIBEIRO, Paula e SIMÃO, Andréa B. (Orgs.). *Demografia em Debate: Qualificando os números: estudo sobre saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. V.2, 2ª Ed. Belo Horizonte, ABEP: UNFPA, 2009. p.185-208.

WASELFISZ, Julio Jacobo (Coord.). *Relatório de desenvolvimento juvenil 2003*. Brasília: UNESCO, 2004.